

A PERDA DA MEMÓRIA ARQUITETÔNICA COLONIAL NO CENTRO DA CIDADE DE MACAPÁ

João Victor Vale Meira¹
Felipe Moreira Azevedo²

RESUMO

O presente artigo estrutura a discussão acerca do esquecimento da arquitetura colonial em Macapá-AP, a partir de problemas na gestão pública e de conhecimento da população local, em face do descaso com a rememoração e memoração na história arquitetônica e social como: a Fortaleza de São José de Macapá, a Igreja de São José de Macapá e o único exemplar, ainda existente, de uma residência unifamiliar do período colonial. Este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica e descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa. Os resultados mostraram que das três arquiteturas coloniais supramencionadas, somente uma encontra-se tombada e protegida como Patrimônio Histórico Nacional, o que representa um descaso com a história arquitetônica amapaense pelas autoridades competentes. E ainda que, uma estratégia viável seria a implantação de projetos de educação patrimonial, tonando-se uma alternativa de conscientização da população em relação a importância da preservação da memória arquitetônica de cidade.

Palavras-chave: Arquitetura Colonial. Rememoração e Memoração. Educação Patrimonial. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article structures the discussion about the forgetting of colonial architecture in Macapá-AP, based on problems in public management and knowledge of the local population, in the face of the neglect with remembrance and memory in architectural and social history such as: the Fortress of São José de Macapá, the Church of São José de Macapá and the only surviving example of a single-family residence from the colonial period. This study is based on a bibliographic and descriptive research with a quantitative and qualitative approach. The results showed that of the three colonial architectures mentioned above, only one is listed and protected as National Historic Heritage, which represents a disregard for the architectural history of Amapá by the competent authorities. And yet, a viable strategy would be the implementation of heritage education projects, becoming an alternative to raise awareness of the population regarding the importance of preserving the architectural memory of the city.

Keywords: Colonial Architecture. Remembrance and Recall. Heritage Education. Public Politic.

¹ Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo pelo Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP). E-mail: mar.christie@hotmail.com

² Arquiteto e Urbanista - Graduado pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), na Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), na Universidade Federal do Pará (UFPA). <https://orcid.org/0000-0002-6490-1217>

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi pensado a partir da observação quanto à desvalorização e falta de conhecimento, não com foco na história social em si, mas na arquitetura colonial local central nas edificações históricas culturais, como: a Fortaleza de São José de Macapá, a Igreja de São José de Macapá e o único exemplar, ainda existente, de uma residência unifamiliar. Monumentos, estes, que fizeram parte do início da construção desta cidade e acompanharam toda a sua evolução, contribuindo para o acervo de estudos científico local e nacional.

A pesquisa torna-se interessante por se tratar de um tema de caráter inédito, relevante, atual e pouco discutido no espaço acadêmico, jurídico e social, pois contribuirá como fonte de conhecimento e base de informações acadêmico profissional. Além de motivar pessoas e incentivar a importância do desenvolvimento turístico da cidade.

Este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica e descritiva, na qual a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, já a pesquisa descritiva caracteriza-se pela tentativa de descrever um fenômeno ou uma experiência, proporcionando novas visões sobre uma realidade que já é conhecida (GIL, 2008).

Assim, inicialmente realizou-se uma revisão bibliográfica para descrever os aspectos teóricos do objeto de estudo da presente pesquisa, aliado a uma leitura sistemática acompanhada da elaboração de fichamentos de cada obra, procurando ressaltar as ideias centrais defendidas por cada autor com relação ao assunto.

Quanto à abordagem trata-se de um estudo qualitativo, analisando e comentando os resultados na busca de compreender os fenômenos; que submetem à prova de fatos (Neves, 1996).

Portanto, o presente artigo estrutura a discussão acerca do esquecimento da arquitetura colonial em Macapá-AP, a partir de problemas na gestão pública e desconhecimento da população local, em face do descaso com a rememoração (Azevedo, 2011) e memorização (Azevedo, 2015) na história arquitetônica e social de Macapá-AP.

Assim, demonstrar como as práticas de educação patrimonial podem ser válidas, a fim de reavivar a importância da história da arquitetura colonial em Macapá, torna-se ponto de interessante discussão. Portanto, à problemática relevante é: como os atos de lembrar e memorar estão sendo afetados, a partir dos problemas de gestão das autoridades e o provável desconhecimento da população sobre a perda da memória arquitetônica colonial de Macapá?

Para auxiliar na compreensão da problemática exposta neste trabalho, apresentam-se neste artigo os seguintes conceitos como importantes para a discussão e análise, aproximando o tema do debate desejado. São eles: memória arquitetônica, arquitetura colonial, Igreja de São José de Macapá, Fortaleza de São José de Macapá, políticas públicas e educação patrimonial.

2 REERENCIAL TEÓRICO

2.1 A INTERAÇÃO RELACIONAL DA ARQUITETURA X INDIVÍDUO

Os indivíduos estão em constante interação ativa com os vários ambientes que os rodeiam (Evans, 2005). Uma sala quente pode fazer com que as pessoas suem, se sintam desconfortáveis e não consigam se concentrar. Um quarto escuro pode fazer as pessoas sentirem medo, ficarem alertas e incapazes de relaxar. Uma sala de aula bem iluminada com luz natural pode ajudar os alunos a ficarem atentos à aula. O meio ambiente sempre afeta os indivíduos que o ocupam em algum nível. Essa interação pode ser chamada de relação arquitetura-indivíduo.

Os espaços podem mudar as pessoas (arquitetura – indivíduo) e as pessoas podem mudar os espaços (indivíduo – arquitetura). Portanto, essa relação é um caminho de mão dupla. No entanto, a direção da relação arquitetura-indivíduo ainda é pouco explorada pelos pesquisadores.

Essa relação pode ser comparada, de alguma forma, com a relação química célula-ambiente. As células estão em constante mudança e adaptação ao ambiente em que estão localizadas (Berg et al., 2013). Do ponto de vista evolutivo, o mesmo acontece com todos os seres vivos. “O sucesso evolutivo de um organismo é uma prova de sua capacidade inerente de acompanhar as condições ambientais que mudam em períodos curtos e longos” (Brook et al., 1962, p.09).

A forma, como as pessoas se adaptam, ao ambiente físico pode variar em vários fatores: genética, memórias e experiências culturais e pessoais, e frequência e duração da exposição ao ambiente (físico e social). Além disso, o cérebro interage ativamente com o ambiente físico: está sempre envolvido em algum tipo de atividade, como trabalhar, descansar, comprar, aprender, recuperar, lembrar e criar. Todas essas variáveis centrais afetam como a arquitetura pode influenciar os indivíduos (Elali, 1997). Como tal, estudar os impactos do espaço construído nas pessoas é difícil porque muitas variáveis estão envolvidas e algumas delas são difíceis de medir.

Dentre todas as variáveis apontadas, o tempo (frequência e duração) é a mais fácil de controlar e medir. Portanto, escolheu-se este para diferenciar os grupos de espaços e efeitos: espaços que são ocupados por um curto período de tempo (exposição de curta duração) ou espaços que são ocupados por um longo período de tempo (exposição de longa duração) e efeitos que têm uma duração curta ou longa.

Assim, propõem-se dividir as mudanças de acordo com o tempo/frequência de ocupação de um espaço (exposição de curta ou longa duração) e a permanência do efeito (efeito de curta ou longa duração). Essa divisão leva a quatro combinações possíveis: exposição de curto prazo, efeito de curto prazo (alteração rápida do maquinário existente para operar de forma otimizada em uma nova condição ambiental) (Paiva, 2020).

Exposição de longo prazo, efeito de longo prazo (lenta reorganização do maquinário existente para se adaptar ao meio ambiente); exposição de curto prazo, efeito de longo prazo (uma mistura dos dois itens anteriores); e

exposição de longo prazo, efeito de curto prazo. A quarta combinação possível, ou seja, exposição de longo prazo, efeito de curto prazo, não foi considerado neste artigo.

Isto porque a exposição de longo prazo inclui a duração (exposição contínua) e a frequência (exposição descontínua) que ocorre repetidamente com frequência e por um longo tempo. Portanto, é provável que surja um efeito de curto prazo nas primeiras horas de ocupação, enquadrando-se na categoria exposição de curto prazo, efeito de curto prazo.

A palavra “exposição” foi escolhida em vez de “ocupação” ou “interação” porque o espaço físico é considerado um estímulo ao qual os indivíduos podem ser expostos. Neste caso, considera-se que exposição é um termo geral que pode incluir ocupação ou interação quando for o caso (Paiva, 2020). Esta exposição pode ser ativa (por exemplo, as pessoas vão às escolas para aprender, hospitais para se recuperar, restaurantes para comer e casa para morar) ou passiva (por exemplo, as pessoas não necessariamente interagem com a cor das paredes ou com a visão da janela).

Quando os indivíduos são expostos (ativa ou passivamente) a um estímulo ou conjunto de estímulos, eles podem ser afetados por ele ou por eles. Portanto, a palavra “efeito” foi escolhida para classificar os diferentes efeitos de acordo com sua permanência, pois estes podem ser efêmeros ou duradouros.

A exposição de curto prazo, com efeito de curto prazo, é uma reação imediata (uma reação de curto prazo) que não é duradoura (Paiva, 2020). Acontece principalmente para ajudar os indivíduos a se adaptarem enquanto ainda estão no espaço que desencadeou a mudança. No entanto, essas mudanças de otimização ainda podem durar algumas horas depois que o indivíduo sai desse espaço. Essas alterações incluem mudanças nas emoções, memória de trabalho, níveis hormonais, frequência cardíaca, condutância da pele, pressão sanguínea, temperatura corporal e tensão muscular.

Uma das otimizações de curto prazo mais comuns ocorre quando uma ameaça é identificada e o cérebro e o corpo se preparam para entrar em um estado de voo ou luta (Paiva, 2020). Uma pessoa que tem vertigem, por exemplo, começa imediatamente a se sentir tonta perto de uma janela no topo de um arranha-céu porque é percebida como uma ameaça à integridade do corpo. A frequência cardíaca, a tensão muscular e a temperatura corporal da pessoa aumentarão. Ao mesmo tempo, a pessoa sentirá medo. Mesmo depois de voltar para o andar térreo, eles ainda podem se sentir um pouco desconfortáveis por um tempo até se recuperarem completamente.

Enquanto isso, a exposição de longo prazo, com efeito de longo prazo requer estimulação repetida prolongada ao longo do tempo para acontecer. Por exemplo, passar um dia em casa pode ser útil para diminuir os níveis de estresse e relaxar (efeito de curto prazo) (Paiva, 2020). No entanto, para os idosos que pararam de trabalhar e raramente saem de casa, passar um dia em casa pode fazer com que seu cérebro mude drasticamente perdendo assim sua eficiência e rapidez com o tempo (efeito de longo prazo). Normalmente, os efeitos de longo prazo não apenas levam mais tempo para acontecer; eles

também precisam de mais tempo para serem revertidos. Às vezes, eles podem nem ser revertidos, especialmente se os estímulos que os induziram ainda estiverem presentes.

Outros exemplos são espaços que requerem navegação complexa, como hospitais ou cidades. Na maioria dos casos, serão necessárias algumas visitas para as pessoas circularem sem se perderem (estimulação repetida).

A repetição desempenha um papel duplo na memória: (i) a manutenção da informação na memória primária ou de curto prazo, e (ii) a transferência da informação para um armazenamento secundário ou de longo prazo. Essa concepção leva à previsão de que a quantidade de tempo que um item é ensaiado na memória de curto prazo deve estar diretamente relacionado à sua probabilidade de evocação da memória de longo prazo (Chabot et al., 1998, p. 07).

A exposição de curto prazo, com efeito de longo prazo, consiste em uma reação que acontece rapidamente. No entanto, o efeito é tão intenso que não requer repetição para ser gravado no cérebro (Paiva, 2020).

Quando um estímulo gera emoções fortes (exposição de curto prazo, efeito de curto prazo), as memórias de longo prazo geralmente podem ser formadas sem a necessidade de repetição. Portanto, uma curta exposição ao estímulo pode levar a mudanças de longo prazo no cérebro. As experiências traumáticas podem ser um bom exemplo para ilustrar a exposição de curto prazo, com efeito de longo prazo. Normalmente, o “gatilho” para o trauma acontece rapidamente, como em acidentes automobilísticos, mas o trauma persiste por muito tempo.

Um exemplo arquitetônico pode ser os locais notáveis que requerem apenas uma visita para serem registrados pelo cérebro e nunca serão esquecidos, como por exemplo o templo de Lótus – Nova Deli, Índia; Museu da Arte e Ciência em Singapura; O palácio da Alvorada em Brasília, dentre outras. Uma visita à Igreja da Sagrada Família de Gaudí, por exemplo, é o suficiente para criar uma memória inesquecível. Esta visita é um exemplo de contato de curto prazo que gera memórias de longo prazo. Por outro lado, outros espaços, como igrejas regulares, podem não ser tão notáveis e precisarão de mais de uma visita para serem devidamente gravados na memória.

Os arquitetos que projetam escolas e centros de cuidados para idosos e hospitais devem considerar a importância de ambientes enriquecidos e os impactos de um empobrecido, neste último pode-se citar o Abrigo São José de Macapá-AP, que possui uma estrutura básica, que fora construído sem um cuidado em projetar um ambiente propício para receber pessoas no fim da vida, retratando um ambiente de descaso com a sua arquitetura desgastada e empobrecida.

Ressalta-se também que, no caso dos ambientes escolares, nem todas as salas de uma escola ou hospital precisam ser enriquecidas. Os edifícios devem ser planejados como um todo, ligando espaços com características diferentes. Uma sala de cirurgia deve ser simples para ser prática e ajudar os médicos a se

concentrarem. No entanto, uma sala de descanso enriquecida para médicos e enfermeiras e jardins internos para pacientes e suas famílias no hospital também devem ser construídos, o que é um projeto distante da realidade de Macapá, pois os hospitais se querem possuem leitos e condições mínimas de atendimento à população, deixando a desejar essa oferta de um ambiente propício para médicos e familiares que precisam descansar.

Embora ambientes enriquecidos sejam importantes para estimular a plasticidade cerebral, a diferença crucial entre enriquecimento e caos deve ser apontada. Ambientes enriquecidos têm vários estímulos, mas seguem um padrão (Paiva, 2020). Na natureza, por exemplo, existem padrões de formas, cores, proporções, sons e cheiros. Em grandes cidades, como Hong Kong e Nova York, os padrões são uma mistura de tudo: exteriores e luzes, arranha-céus que não têm proporção com a escala humana, engarrafamentos, ruas movimentadas, buzinas e ruídos de construção, entre outros. Esses exemplos são ambientes caóticos, que contêm informações excessivas sem necessariamente nenhum padrão.

Nesse contexto, as mudanças de comportamento se dão a partir da variável tempo/frequência de ocupação e permanência num determinado espaço. Assim, entende-se que os efeitos da arquitetura não dependerão apenas das características físicas do espaço. O tempo e a frequência da ocupação têm papéis importantes em como o espaço pode impactar os indivíduos e são fáceis de medir e controlar. Ambos são elementos estratégicos para ajudar a entender a relação arquitetura-indivíduo. Uma ocupação curta pode resultar em uma adaptação mais imediata - mas menos permanente na maioria dos casos. Por outro lado, uma ocupação longa e frequente pode resultar em uma alteração complexa e estrutural que dura mais tempo.

Infere-se, portanto, que, a estrutura de um determinado espaço pode modificar o comportamento do indivíduo e vice-versa, e essa modificação do comportamento em relação ao ambiente se dá no âmbito biológico, especificamente na esfera cerebral, além de outros fatores importantes aqui explanados. Ressalta-se também os impactos dos ambientes enriquecidos e aqueles empobrecidos na relação arquitetura-indivíduo, no qual a cidade de Macapá apresenta ambos ambientes, e ainda tem muito a ser enriquecida, como por exemplo o trapiche Eliezer Levy, que encontra-se em processo de revitalização a mais de 10 anos (Figueiredo; Castro; Borralho, 2020), e transformou-se num ambiente empobrecido pelo abandono, e o que antes era um ambiente de lazer, hoje depara-se com um local de consumo e abriga a usuário de drogas.

2.2 MEMÓRIA ARQUITETÔNICA E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Tomaz (2010) afirma que, não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações cotidianas de seu viver. Segundo ele:

A preservação tem por objetivo guardar a memória dos

acontecimentos, suas origens, sua razão de ser. Torna-se também imprescindível relacionar os indivíduos e a comunidade com o edifício a ser preservado, visto que uma cidade, no seu viver cotidiano, tem sua identidade refletida nos lugares cuja memória os indivíduos constroem no dia-a-dia. Preservar o patrimônio histórico é relacioná-lo com as interações humanas a ele ligadas. O que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação (Tomaz, 2010, p. 19).

A memória de um lugar vai construindo-se na vida do povo de um determinado lugar à medida que o tempo vai passando. A construção daquele momento está voltada para a realidade que se vive. À medida que o desenvolvimento prospera, em todas as esferas, assim também, as novas construções com padrões mais atuais vão se edificando e transformando a paisagem em uma nova realidade.

Portanto, a memória vai se alargando, pois, os antigos prédios que um dia fizeram parte de um contexto distante, e que são importantes para aquele local, são tombados em patrimônio histórico, a fim de guardar e preservar a história local.

O patrimônio revela mensagens de espaços construídos e cristalizados em paisagens que representam sociedades pretéritas. Costa, diz que artifícios de revalorização do patrimônio acontecem “através dos processos históricos, que emitem informações apreendidas por cada indivíduo de acordo com a sua visão social de mundo” (Costa, 2010 apud Cordeiro, 2011, p. 18).

Os lugares em si trazem na memória do povo lembranças de um contexto passado que deixou marcas de um tempo que fez a história do lugar. Entretanto, com as novas tecnologias e com o crescimento global, as construções antigas tendem a ter novas realidades funcionais que, dependendo da realidade local, revitalizadas para atender novas funções, estas são voltadas à economia, ao social, cultural e meio artístico.

Uma ambiguidade latente nos processos de revitalização situa-se na tensão entre o local e o global. No cenário altamente competitivo da atual fase da economia de mercado, as cidades precisam se destacar através de um “diferencial” (a expressão tão cara aos defensores do marketing, inclusive o das cidades). A valorização da tradição e da cultura local tem sido um dos mais explorados. [...] (Botelho, 2005, p. 12).

Segundo Vianna (2008, p.08), a “educação, em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades”. Quanto ao conceito de educação patrimonial Horta et al., diz ser:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua

herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (1999, p. 6).

Tal conceito diz respeito a um processo educacional voltado diretamente ao desenvolvimento do conhecimento e valorização histórico-cultural. Segundo Castro (2005, p. 2):

O objetivo da Educação Patrimonial é envolver a comunidade na gestão do patrimônio. (...) A educação se faz necessária enquanto instrumento de alfabetização cultural, que capacita o indivíduo à leitura e compreensão da sociedade e cultura que está inserido.

Ainda de acordo com este teórico, a educação patrimonial serve para restaurar e revitalizar os valores materiais e não materiais de um povo, a fim de permitir que toda essa comunidade tenha acesso a esses conhecimentos. Ela valoriza a identidade de um povo, e para que ocorra a valorização desses bens históricos, Farias (2002, p. 62) diz que:

É necessário que haja primeiramente o seu reconhecimento, logo cabe à educação patrimonial proceder à escuta e à mediação dos sujeitos sociais portadores de tradições, de saberes e fazeres que, em sua diversidade, constroem atrativos geradores de significação e integradores da identidade e identificação cultural. É sua responsabilidade sensibilizar e conscientizar as comunidades em torno de seus valores e tradições, inserindo tais práticas na vida sustentável, resgatando e preservando o imaginário coletivo e o patrimônio representativo da cultura, no eixo temporal e espacial.

Portanto, a educação patrimonial torna-se um instrumento de proteção, salvaguarda e reconquista da identidade cultural de um local, além de gerar na população a identificação étnica e afetiva a partir de tais práticas educativas. É uma medida importante, principalmente quando as políticas públicas acabam não obtendo resultados positivos.

Nesse contexto, sensibilizar e conscientizar a população da cidade de Macapá torna-se um passo importante na preservação arquitetônica local, bem como da história que essas construções representam. Esse movimento é possível através de práticas educativas e políticas públicas que envolvam a comunidade, que reforcem seus valores e tradições e sua importância para história representativa de um povo, gerando conseqüentemente o fortalecimento do patrimônio histórico cultural da cidade de Macapá.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO REMEMORAR E MEMORAR NA PRESERVAÇÃO ARQUITETÔNICA COLONIAL

Realizando-se o levantamento das arquiteturas coloniais existentes no centro da cidade de Macapá, foi encontrado apenas três: A igreja de São José de Macapá, a Fortaleza de São José de Macapá, (já tombados) e um único exemplar de uma residência unifamiliar, sendo esta última passível de intervenções/destruição caso os órgãos competentes julgarem necessário.

Tal descaso traz como consequência o esquecimento

que prejudica a história da arquitetura amapaense e a memória coletiva e individual da sociedade, que são analisadas a partir de documentos ou monumentos pertencentes aquela civilização. Sendo assim, a ciência, no papel dos historiadores, e a sociedade são agentes responsáveis pela sobrevivência da memória arquitetônica.

Entendendo este pressuposto, considerar as arquiteturas coloniais como amostras da cultura amapaense é uma forma de compreender a história do povo que construiu a presente sociedade, seu modo de pensar, as mudanças que foram ocorrendo com o passar do tempo, que refletiram do modo de projetar as edificações, seja por falta de materiais ou pela substituição por aqueles de baixo custo (Azevedo, 2011).

Por isso é importante considerar as edificações como memória concreta, fazendo desta uma herança do passado e um testemunho palpável daquilo que foi vivido em determinado tempo, ressaltando que "aquilo (...) pode evocar o passado, perpetuar a recordação" (Le Goff, 2003, p. 526), deixando de lado a transformação dessas edificações em apenas um lugar para se recordar, mas fazer destas um meio de rememorar o passado ou buscar saber mais sobre as transformações histórico-arquitetônicas existentes (Azevedo, 2015).

Não se trata de não realizar intervenções nas edificações, mas sim realizar os reparos necessários preservando a estética original da arquitetura e o testemunho histórico que ela representa. Essa preservação pode ser observada na Fortaleza e na Igreja de São José de Macapá, mas não no único residencial colonial unifamiliar, que atualmente encontra-se em total estado de ruína.

Portanto o ato de rememorar e memorar é essencial, visto que lembrar de fatos, acontecimentos a partir de documentos e monumentos, auxiliam na narrativa da história do povo amapaense, que não se restringe apenas na arquitetura em si, mas em tudo aquilo que é pertinente a ela, ou seja, muitas pessoas rememoram todo o passado que as compõem, a sociedade, a forma de vestir e se portar, a política, as ideologias propagadas, além dos materiais aplicados nas construções.

3 A ARQUITETURA COLONIAL

A arquitetura é uma arte que conduz o desenvolvimento e a evolução da sociedade por meio da necessidade do homem em organizar e ornamentar um determinado espaço. Segundo Ching e Eckler (2014) a arquitetura é uma disciplina não classificada com exatidão por possuir um leque de possíveis formas e usos, dentro das diversas e inconstantes necessidades do homem. Ela é uma metodologia artística e científica que, através do projeto, busca inovar-se, além de ser uma profissão ampla com técnicas construtivas específicas que facilitam, conseqüentemente, a suas funções específicas.

A arquitetura colonial é aquela implantada durante o período de colônia de um determinado país. Esse novo espaço habitado nutria um programa de necessidades que se tornou o fator determinante da composição arquitetônica dos espaços formados a partir de então.

Desse modo, sabe-se que o Brasil foi colonizado pelos portugueses, e por este motivo a arquitetura colonial possui influência do modelo arquitetônico de Portugal com adaptações ao clima tropical brasileiro e identidades específicas marcantes.

As casas coloniais possuem características arquitetônicas específicas, contendo três pavimentos, varanda, colunas e beirais. O telhado é coberto com telhas de barro e as paredes são feitas em taipa de pilão ou pau a pique com muitas janelas. Notavelmente, as casas com maior poder aquisitivo eram aquelas construídas com pedra e barro ou tijolos, por se tratar de um trabalho mais elaborado e com mais custos (Smith, 1979).

No entanto, a arquitetura colonial não se limita apenas a casas residenciais, ela também está presente na construção de diversos edifícios públicos, igrejas, áreas de lazer, dentre outras edificações. Algumas cidades brasileiras se destacam quanto a preservação e manutenção das arquiteturas coloniais, como as cidades de Ouro Preto, Goiás, São Luís, Olinda, dentre outras, ambas com centros históricos bem preservados que movimentam o turismo brasileiro (Amaral, 2011).

No Brasil, a arquitetura colonial sofreu forte influência barroca se diferindo das Obras barrocas Europeias. O estilo barroco é notável nos interiores de igrejas construídas no período colonial, possuem retábulos com pintura e azulejos comuns a arte de Portugal (Smith, 1979). Encontram-se no Brasil edifícios coloniais com traços arquitetônicos não somente barrocos, mas renascentistas, maneiristas, e rocócós, porém a transição entre os estilos se realizou de maneira progressiva ao longo dos séculos e a classificação dos períodos e estilos artísticos do Brasil colonial é motivo de debate entre os especialistas.

3.1 ARQUITETURAS COLONIAIS DO CENTRO DA CIDADE DE MACAPÁ

A história do Brasil é extremamente rica em fatos que contribuíram para a formação sociais que prevaleceram e muitos ainda prevalecem, evidenciando suas origens, como os povos indígenas que já ocuparam as terras brasileiras, descobertas pelos portugueses por volta do ano 1500 (Bicca et al., 2006).

Nesse contexto, em 1494, na Amazônia, deu-se início ao processo de concessão e exploração da América pelos portugueses e espanhóis, a partir do Tratado de Tordesilhas. Neste período o Amapá se encontrava dentro do espaço geográfico dominado pela Espanha. Todavia, somente no fim do século XV que os espanhóis se interessaram a conhecer tais terras e então enviaram navegadores. Um importante desbravador desses novos territórios foi Américo Vespúcio, que navegou pelo litoral amapaense às ordens dos reis da Espanha, Fernando de Aragão e Isabel de Castela (Morais et al., 2003).

Outro navegante importante foi Francisco Orellana, considerado como pioneiro a conhecer a área denominada Adelantado da Nueva Andaluzia, reconhecido como primeiro nome do Estado do Amapá, todavia, Orellana não toma posse dessas áreas e logo depois falece em um naufrágio (Ribeiro, 1995).

Assim, após várias tentativas de posses destas terras, em 1751, Mendonça Furtado prosseguiu com a ocupação e formação do Amapá, trazendo indivíduos das ilhas de açores e soldados para povoar as terras, e em curto prazo a área começa a prosperar se tornando a Vila de São José de Macapá em 04 de fevereiro de 1758 (Morais et al., 2003).

Nessa elevação a condição de Vila, Macapá recebeu seus primeiros investimentos públicos que trouxe transformações significativas no seu traçado urbano, herdado do período pombalino na Amazônia. A característica urbanística é marcada por conceitos de espacialidade, potencializando as atividades sobre as bases do espaço da cidade, com estrutura metodológica de “arruedores”. Desse modo, as primeiras plantas de Macapá foram encontradas nas cartas de João da Cruz Diniz Pinheiro enviadas à Mendonça Furtado e ao Bispo do Pará, mostrando o novo planejamento de povoação situado ao norte após o lago (Santos, 1998).

Nesse contexto, durante a história colonial de Macapá, também se destaca a arquitetura das fortificações, que não são apenas de origem portuguesa, como por exemplo o Forte de Cumaú, construído pelos ingleses em 1632 que posteriormente fora atacado. E então, sob as ruínas do Forte de Cumaú, foi construído a Fortaleza de Santo Antônio de Macapá localizado nas proximidades da Rodovia Salvador Diniz, que liga Fazendinha e Porto de Santana, que resistiu por certo tempo, mas por falta de manutenção e devido a erosão se deteriorou totalmente (Morais; Morais; Rosário, 2003).

Dentre as arquiteturas militares construídas no período colonial, a Fortaleza de São José de Macapá (figura 1) permanece sendo preservada até os dias atuais, sendo esta planejada inicialmente pelo arquiteto João Geraldo Grafelts responsável pela planta e pelo engenheiro Henrique Antônio Galúcio, com inauguração realizada em 19 de março de 1782, tendo como principais materiais em sua estrutura a pedra, cal e uma artilharia de 107 peças. O desenho arquitetônico mostra quatro baluartes denominados como Nossa Senhora da Conceição, São José, São Pedro e Madre de Deus. Em 2019 a Fortaleza de São José de Macapá foi indicada a patrimônio mundial.

Figura 1 – Detalhe da Fachada principal da Fortaleza de São José de Macapá.



Fonte: MEIRA, João Victor Vale. 2021.

O resultado mais surpreendente da construção da Fortaleza de São José de Macapá (FSJM) é, sem dúvida, a criação da Vila de Macapá e o seu grande desenvolvimento durante este período. É chocante que, desde então, Macapá tenha se tornado o principal centro urbano da foz esquerda do Amazonas. Por todas estas razões, a fortificação tem um valor especial para a

compreensão da formação e identidade da população regional. Ao pensar no contexto histórico do Brasil, o processo de arquitetura estrutura-se “(...) se distinguiriam do resto da cidade por terem determinados atributos estéticos ou especial valor histórico, mas raramente esses atributos seriam precisados ou delimitados espacialmente as fronteiras entre o que seria histórico ou não” (Sant’Anna, 1995, p. 9).

Nestas iniciativas de colonização de Macapá, outro grupo contribuiu para a história arquitetônica da cidade, que foram os Jesuítas. Estes formaram núcleos religiosos e incentivaram a devoção dos santos, festas e danças em vários pontos do Estado. Então, Mendonça Furtado convenceu Dom José I sobre a necessidade da construção de uma igreja para realização das celebrações, e logo com o estabelecimento da Vila de São José de Macapá foi criada a paróquia de São José (figura 2), padroeiro de Macapá, com traços arquitetônicos jesuítas visíveis trazidos da Europa no Século XVI (Morais et al., 2003).

Figuras 2 e 3 – Fachada principal, já alterada com o tempo, da Antiga Matriz, Igreja de São José de Macapá; e Detalhes do último exemplar de residência colonial em Macapá, respectivamente.



Fonte: MEIRA, João Victor Vale. 2021.

Muitas casas coloniais certamente foram construídas no período de colonização da cidade de Macapá, mas no centro desta cidade, atualmente, resta o único exemplar (figura 3), ainda existente, de uma residência unifamiliar, localizada na esquina da Avenida Mendonça Furtado com a Rua Tiradentes. Nela é possível ainda ver traços da arquitetura colonial portuguesa, todavia encontra-se extremamente deteriorada possivelmente por desconhecimento da população e da falta de ação do poder público, o que afeta a sua importância para a manutenção da memória arquitetônica da cidade de Macapá.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA COLONIAL DO CENTRO DA CIDADE DE MACAPÁ

Segundo Cantuária et al. (2010) todos os esforços voltados para pesquisar, proteger e restaurar arquiteturas são muito importantes. No entanto, ao longo da história, a consciência dessa importância tem sido muito desigual. Desde a sua fundação, as arquiteturas aqui estudadas convivem alternadamente com outras edificações que foram completamente abandonadas. Por outro lado, as ocupações nem sempre são suficientes e as reformas realizadas com regularidade

são paliativas.

Segundo Medeiros (1946) a Fortaleza de São José de Macapá foi tombada como patrimônio histórico nacional na década de 50, do século XX, o que reduziu parcialmente o risco de interferências prejudiciais, mas não o eliminou completamente. Mesmo sob a proteção da lei, ações predatórias vêm sendo realizadas, inclusive ações mais recentes.

Desde o tombamento duas medidas importantes foram tomadas. O primeiro foi realizado na década de 70, do século XX, e ainda não foi concluído, mas importantes pesquisas foram realizadas e, finalmente, os documentos originais existentes foram investigados e restaurados. Com o apoio do poder público, os arquitetos forneceram uma série de elementos arquitetônicos através de imagens levantadas e alguns levantamentos, que levaram ao desenvolvimento de projetos de restauração adequados.

A FSJM é considerada pelos amapaenses um símbolo da sua cultura e da sua história. Muito disto se dá, porque, em razão de sua construção ter a participação de escravos negros que construíram expressivo legado cultural local, e desenvolveram tradições de música (marabaixo e batuque), dança (marabaixo e batuque) e gastronomia (maniçoba), da qual hoje oriunda outras formas de arte e de saber fazer que caracterizam o povo desta cidade e Estado (Canto; Silva, 2018).

Já a igreja de São José de Macapá embora exista interessem na realização do seu tombamento, considerando sua importância histórica, cultural e religiosa para a cidade de Macapá, não está legalmente incluído no patrimônio histórico da cidade, na esfera Estadual ou federal. Infelizmente, não há gerenciamento de preservação específico que permitem a proteção total da Igreja de São José de Macapá. Além disso, ainda existe um certo descaso com a estrutura da Igreja, tanto pela administração governamental quanto pelos cidadãos que não sabem seu compromisso com o patrimônio cultural da cidade.

Sem esses procedimentos legais específicos acarretará perdas significativas na arquitetura, que precisa de reparos regulares para sua conservação. E com a falta de legislação aliada as pressões econômicas, a igreja passa a ter seu entorno cada vez mais invadido por empreendimentos que surgem, e que diminuem sua visibilidade e danificam sua estrutura física. Algo lamentável para história arquitetônica colonial de Macapá, pois se trata de uma importante edificação, pioneira na construção da vila de Macapá. Situação que se aplica também ao único exemplar residencial localizado no centro da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se em Macapá um crescimento referente a descaracterização de diversas arquiteturas, principalmente aquelas aqui estudadas. Das três supramencionadas, somente uma encontra-se tombada e protegida como Patrimônio Histórico Nacional, que é a Fortaleza de São José de Macapá, o que representa um descaso com a história arquitetônica amapaense pelas autoridades competentes.

Assim, a discussão acerca da relevância da conservação arquitetônica do Estado, necessita, primeiramente, que se investigue a relação/interação que a própria sociedade possui com estas edificações, ou seja, o primeiro passo para a preservação de uma determinada edificação é, necessariamente, a relação que deve existir entre a edificação e a sociedade.

Uma estratégia viável seria a implantação de projetos de educação patrimonial, tonando-se uma alternativa de conscientização da população em relação a importância da preservação da memória arquitetônica de Macapá, ressaltando que não se trata apenas de um acervo cultural de edificações passadas, mas que constitui elemento de compreensão da memória/arquitetura macapaense.

O presente trabalho instiga a investigação de pesquisas complementares, especialmente aquelas de campo, a fim de coletar dados mais aprofundados sobre o único exemplar existente de residência unifamiliar localizada no centro da cidade de Macapá, visto que são dados ainda escassos na literatura acadêmica.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Alexandre *et al.* **Do lado de cá:** fragmentos de história do Amapá. Belém: Ed. Açai. 2011.

AZEVEDO, Mirandulina Maria Moreira. Patrimônio Cultural e Rememoração: notas sobre o Valor de Antiguidade. **Revista CPC**, São Paulo, n.11, 2011, p. 7-32.

AZEVEDO, Felipe Moreira. A Linguagem Arquitetônica Tradicionalista: estudo das residências neocoloniais no bairro de Nazaré, em Belém do Pará (1910-1940). Belém, 2015. 281f. **Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)** – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará.

BERG, H. *et al.* **ArchiMate Made Practical: Modelagem orientada pela coleção de boas práticas**. 4.0. ed. [S.l.], 2013.

BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (org.). **Arquitetura na Formação do Brasil**. Caixa Econômica Federal: Brasília, 2006.

BOTELHO, T. R. **Revitalização de centros urbanos no Brasil:** uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. EURE (Santiago. Imprensa), Santiago de Chile, v. 31, n.93, pp. 53-71, 2005.

BROOK, F.P. Architectural Philosophy. In: Buchholz, W. *et al.* (Ed.). **Computer system: Project stretch**. NewYork: McGraw-Hill Book, 1962. p.5-16.

CANTO, Fernando; SILVA, Isabelle da. Literatura e memória: a Fortaleza de São José de Macapá no contexto da ditadura militar em Macapá (1964-1973). **Revista de Ciências Sociais** (Fortaleza). v. 49, n. 2, p. 299- 341, 2018.

CASTRO, C. Y. A importância da educação patrimonial para o desenvolvimento do turismo cultural. In: **Anais**

do Seminário de pesquisa em turismo do MERCOSUL. III. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2005.

CANTUÁRIA, Eloane; CARVALHO, Eloá; BRITO, Jaqueline; PELAS, Fátima; VASCONCELOS, José; SILVA, Suellen. **Inventário de Conhecimento dos Bens Imóveis da Cidade de Macapá:** Entre a Cidade Colonial e Modernista. IPHAN, 2010.

CHABOT, R.; BEAUCHAMP, C.J.; KLOEPPER, J.W.; AUTON, H. **Effect of phosphorus on root colonization and growth promotion of maize by bioluminescent mutants of phosphate-solubilizing Rhizobium leguminosarum bv phaseoli** Soil Biol. Biochem, 30: 1615-1618, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas. p. 50. 2008.

CHING, F. D. K; ECKLER, J.F. **Introdução à Arquitetura**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

CORDEIRO, Leandro Ribeiro. **A (re) valorização do patrimônio e as transformações da paisagem:** o exemplo da região norte do Estado do Rio de Janeiro–dissertação de mestrado. UERJ, 2011.

ELALI, G.A. Psicologia e arquitetura: em busca do locus interdisciplinar. **Estudos de Psicologia:** São Paulo. V 2. n.2. 1997. p. 349-362.

EVANS, G. A importância do ambiente físico. **Psicologia USP:** São Paulo. V 16 n.2. 2005. p. 47-52.

FARIAS, E. K. V. A. Construção de atrativos turísticos com a comunidade. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (org.). **Interpretar o patrimônio:** um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, 2002.

FIGUEIREDO, Fabiana; CASTRO, Wedson; BORRALHO, Danilo. **Estado deve ceder trapiche Eliezer Levy para a Prefeitura**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/01/29/estado-deve-ceder-trapiche-eliezer-levy-para-a-prefeitura-espaco-foi-fechado-ha-quase-2-anos.ghtml> Acessado em: 20 jan. 2020.

HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básica de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas. Ed. da UNICAMP, 2003.

MEDEIROS, Floriano. O Amapá e o seu administrador. **Jornal Amapá**. Macapá. p 1. n 46. 3 de fevereiro de 1946.

MORAIS, Paulo Dias; MORAIS, Jurandir Dias; ROSÁRIO, Ivoneide Santos do. **O Amapá na Mira Estrangeira:** dos primórdios do lugar ao Laudo Suíço. JM Editora Gráfica: Macapá, 2003

NEVES, J, L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração. FEA-USP.** São Paulo. V. 1. n. 3. 2º sem. 1996.

PAIVA, A. An approach to characterization of architecture's effects on the brain based on time of exposure to stimuli. In: **Anais ANFA 2020: Sensing spaces, perceiving place.** 2020. Online.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANT'ANNA, I.M. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos.** Petrópolis, RJ: Ed Vozes, 1995.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá: da autonomia Territorial ao fim do jananismo -1943 a 1970.** Macapá: Editora Gráfica O DIA S.A., 1998.

SMITH, Robert C. **Igrejas, casas e móveis: aspectos da arte colonial brasileira.** Recife: Editora Universitária, 1979.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix (UFU. Online)**, v. 07, p. 02, 2010.

VIANNA, C. E. S. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira.** São Paulo: Janus, ano 3, nº 4, 2º semestre de 2008.